

O CEMITÉRIO DE CAMPO GRANDE: DE CAMPO SANTO À CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

Fabio William de Souza

Graduado em Historia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006). Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2010). Membro associado da ABEC - Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais. E-fabiowilliam@gmail.com

resumo: Os cemitérios são um equipamento urbano de extrema importância no processo de secularização das cidades. As cidades republicanas brasileiras do início do século XX faziam questão de construir os seus cemitérios e lhe darem os ares de civilidade exigida pelo período. O estudo apresentado analisa o recorte temporal de 1880 a 1960. Utilizou-se do método indiciário para buscar em leis e textos as informações necessárias sobre a história urbana de Campo Grande. A constituição do cemitério municipal da cidade de Campo Grande no Estado de Mato Grosso do Sul possui algumas particularidades que serão expostas neste artigo. O cemitério foi transferido de local por duas vezes até ser fixado no local atual. Por estas e outras questões faz-se necessária uma pesquisa sobre este momento histórico da cidade de Campo Grande.

palavras-chave: Cemitério Santo Antônio, Campo Grande, Morte.

abstract: Cemeteries are an urban equipment of extreme importance in the process of secularization of cities. The Brazilian republican cities of the early twentieth century made it a point to build their cemeteries and give them the air of civility demanded by the period. The present study analyzes the temporal cut from 1880 to 1960. The indiciary paradigm was used to search for laws and texts the necessary information about the urban history of Campo Grande. The constitution of the municipal cemetery of the city of Campo Grande in the State of Mato Grosso do Sul has some peculiarities that will be exposed in this article. The cemetery was transferred from place to place twice until it was fixed at the current site. For these and other questions it is necessary to research on this historical moment of the city of Campo Grande.

keywords: Santo Antônio Cemetery, Campo Grande, Death.

introdução

O presente artigo tem o objetivo de analisar as relações da cidade de Campo Grande com o cemitério de Santo Antônio. Este local de sepultamento foi o seu primeiro. O recorte temporal foi a partir da década de 1880 no final do século XIX até a década de 1970 do século XX. Justifica-se o recorte pelos seguintes motivos: primeiro; a fixação humana na atual região da cidade de Campo Grande teve início nos idos de 1872. Explica-se assim o estudo dos primeiros dados sobre sepultamentos no então solo do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande. Segundo; o esgotamento da capacidade de sepultamento do cemitério Santo Antônio na década de 1960. Este fato que culminou com a fundação dos cemitérios do Cruzeiro e o de Santo Amaro.

O primeiro cemitério de Campo Grande foi fundado em torno do ano 1872. Foi realizado no mesmo momento da fundação do povoado. Sua primeira localização ficava no ponto mais central da cidade na atual região da praça Ary Coelho. No ano de 1887 a comunidade local decidiu transferir o cemitério para o atual bairro Amambá. O cemitério foi instalado onde hoje funciona o SESI e a Casa da Indústria de Mato Grosso do Sul¹. O novo espaço ainda não era propício para este fim. O terreno ficava em um lugar alto e havia a possibilidade da enxurrada levar detritos para dentro do córrego Segredo. O córrego ficava a uns duzentos metros do antigo local do cemitério e em torno de setecentos metros do novo campo-santo.

Entre os anos de 1913 e 1914 o cemitério foi novamente transferido para a região da antiga fazenda Bandeira. A distância estava a quase dois quilômetros do atual centro da cidade e ainda permanece hoje. Incrustado na área central de Campo Grande o cemitério Santo Antônio deixou de ser o único da cidade. A sua utilização decaiu devido a sua limitação física para novos sepultamentos e oficialização em 1960 do cemitério municipal do Cruzeiro e a criação do cemitério de Santo Amaro no ano de 1961. Nos anos de 1990 foram criados na cidade pela iniciativa privada os

¹ RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980, p. 45.

cemitérios de padrão parque. O cemitério Santo Antônio por ser o mais antigo da cidade oferece um painel único das transformações sociais, culturais e comportamentais da sociedade campo-grandense.

Historicamente pesquisaram-se os motivos que levaram a mudança da necrópole por duas vezes até sua localização atual. Buscou-se entender a forma de como os campo-grandenses entendiam a cidade e suas intenções de torná-la diferente de Cuiabá e de Corumbá. Essas cidades eram no período de fundação do arraial as maiores do então antigo Estado de Mato Grosso. Avaliou-se a pretensão da sociedade que se constituiu nesta região de que sempre buscar uma aproximação com a cidade de São Paulo. Uma ligação com o maior centro urbano do Brasil mesmo sendo uma localidade que possuía uma economia e um cotidiano baseado na criação de bovinos. A efetivação dessa conexão com São Paulo ocorreu com a chegada da Noroeste do Brasil em 1914. A construção dos quartéis do Exército nos primeiros anos de 1920 também marcou o sentido de urbes campo-grandense. Estes dois eventos são fundamentais para entender o processo de urbanização de Campo Grande. No ano de 1905 houve a instalação da câmara municipal da vila de Campo Grande sob a forte influência dos ideais de secularização da sociedade.

Em alguns momentos no Brasil e em Campo Grande a representação da morte foi laica. Esta imagem estava fortemente alinhada com o novo regime republicano. Em outros momentos, uma forma religiosa comemorando os símbolos católicos. Esta é uma dialética intrigante e digna de estudo. Deve-se entender que a permanência de uma não significou o desaparecimento da outra.

Segundo Clarival do Prado Valladares na arte tumularia encontrada nos cemitérios também está representado o estilo de vida do homem do antigo Sul de Mato Grosso. Ele afirma que: "de Uberlândia a Campo Grande a arte tumularia é genuína e regional, trazendo também em si a constituição da sociedade patriarcal dos primeiros sertanistas que a transmitiram aos seus descendentes²". Assim, era o modelo de uma sociedade que buscava ser forte e ligada à pecuária. As famílias importantes fizeram questão de serem também representadas nos cemitérios da região que convencionou chamar-se de sertão. Por essa característica regional apresenta-se aqui uma rica fonte de estudo.

² VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas**, realizado no período de 1960 a 1970. 2 Vol. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972, p. 1128.

desenvolvimento

Em 1886 o bispo da diocese de Cuiabá Dom Carlos Luiz D'Amour realizou sua visita pastoral no Arraial de Santo Antônio de Campo Grande. Durante a narração de sua visita é citado o cemitério da localidade. O cemitério estava cercado de madeira e possuía na sua entrada uma cruz grosseiramente talhada. O local foi descrito como desolado e abandonado. Este relato é do cônego Bento Severiano da Luz que acompanhava o bispo e fazia anotações sobre a visita. O padre não fez muita questão de detalhar o estado em que se encontrava a necrópole do arraial³.

O cronista Paulo Coelho Machado relata o que ocorreu em Campo Grande no ano 1887. A comunidade tendo em vista a expansão da cidade para o norte decidiu em uma reunião o destino do velho cemitério. Desde a fundação do povoado ele se localizava na sua região central na praça Ary Coelho. Estava a uma distância máxima de quinhentos metros da antiga Igreja de Santo Antônio. Situava-se em um lugar baixo, não elevado e muito próximo das casas. Em sua primeira mudança foi erigido em um local mais alto do que o povoado. Supõe-se que a sua entrada ficava voltada para o norte. Isto por causa da topografia do terreno, pela localização da igreja e do arraial que ficavam abaixo do córrego do Segredo⁴.

Paulo Coelho Machado transcreveu uma ata do arquivo pessoal do escritor Valério d'Almeida que tratava da transferência no mais breve possível do cemitério que ficava próximo do povoado. O lugar de transferência seria para a região dos altos da atual avenida Bandeirantes. Hoje no local encontra-se o SESI e Casa da Indústria do Estado de Mato Grosso do Sul⁵. A ata para a criação do cemitério citava que a sua inauguração deveria ser feita na presença do Reverendíssimo Vigário de Miranda. Evidencia-se assim um dos poucos indícios de ligação da comunidade local com a Igreja Católica e também a necessidade de que para ser utilizado o Campo Santo sempre deveria receber a benção da igreja⁶.

O cemitério era de propriedade civil e não municipal. Esse só passou a ser administrado pelo poder público a partir do primeiro código de posturas. Apesar da decisão e intenção de se formar um cemitério melhor que o anterior não se conseguiu fazer com que este exercesse a função determinada. O cemitério ainda permaneceu abandonado como o antigo e nem todos os inumados foram transladados para a nova necrópole. Não há nenhum relato da forma como foi efetuada essa mudança.

³ LEITE, Luís-Philippe Pereira. **Bispo do Império**. Cuiabá: Resenha Tributária, 1979, p.182.

⁴ MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas Ruas de Campo Grande: a Rua Velha**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, p. 29.

⁵ Ibid., p. 25.

⁶ REIS, João José. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 303-306.

Em 1902 o município de Campo Grande foi criado. A sua primeira câmara legislativa foi empossada em 1905. A partir desta data as normas, as regras de povoamento e de urbanização passaram a ser efetuadas pela chancela do Estado. A vila de Campo Grande toma como modelo de urbanidade o município de Corumbá. Para exemplificar, pode-se citar a adoção do código de postura baseado no da cidade de Santa Cruz de Corumbá. Através das pesquisas de Oliveira Neto e conforme a Lei Provincial 607 de 31 de maio de 1883 evidencio-se que o primeiro código de posturas de Campo Grande era uma cópia quase que na sua totalidade do código de posturas de Corumbá. A cidade no período pesquisado era o terceiro porto mais movimentado da América Latina⁷.

A Lei Provincial foi adotada em sua integridade com poucas adequações à realidade local. Por exemplo, onde se lê cidade foi alterado para vila. No capítulo 5º que trata sobre os cemitérios e é o trecho de interesse da pesquisa houve uma inversão dos parágrafos 2º e 3º respectivamente comparando com o código de Santa Cruz de Corumbá. O §2º “proíbe a condução de cadáveres sem esquife ou caixão”. O §3º “trata do sepultamento com no mínimo de sete palmos e a proibição do sepultamento de mais de um corpo por cova”⁸.

Em Campo Grande foi redigido um novo parágrafo o §1º. O parágrafo colocava sob a jurisdição da câmara e do poder público o cemitério da vila que antes pertencia à comunidade civil. No código de Corumbá o parágrafo 1º trata da construção de um cemitério para a localidade. O código de Campo Grande não sofreu outras alterações significativas em relação ao de Corumbá⁹.

No Capítulo 5º do Código de postura de Campo Grande que é denominado “Do cemitério e enterramentos” no seu artigo 14 no §1º solicitava-se que “a Câmara efetuasse um regulamento especial para o serviço do Cemitério que deveria ser criado dentro do prazo mais breve possível”. Seguiam nos parágrafos seguintes algumas observações e disposições. A câmara como responsável do cemitério deveria regulamentar todo o processo inerente a este importante equipamento urbano¹⁰.

O código de posturas de Campo Grande reforçava a proibição para se evitar que sepultassem mais de um cadáver por cova. O seu §2º do capítulo 5º legisla que:

⁷ OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino. **Campo Grande e a rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade**. 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, p. 44.

⁸ CAMPO GRANDE, Resolução nº 03, de 30.01.1905 - 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande - ano 1905. Encarte Especial. In: **ARCA - Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS**. n. 05. Campo Grande: ARCA, outubro 1995.

⁹ CAMPO GRANDE, Resolução nº 03, de 30.01.1905 - 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande - ano 1905. Encarte Especial. In: **ARCA - Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS**. n. 05. Campo Grande: ARCA, outubro 1995.

¹⁰ CAMPO GRANDE, Resolução nº 03, de 30.01.1905 - 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande - ano 1905. Encarte Especial. In: **ARCA - Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS**. n. 05. Campo Grande: ARCA, outubro 1995.

“Todo cadáver deverá ser enterrado de modo que fica pelo menos seis palmos abaixo da superfície da terra não podendo ser enterrado mais de um cadáver em cada cova”¹¹. A prática de se enterrar mais de um cadáver por cova não foi comprovada em Campo Grande.

Em outras regiões do Brasil a prática de covas coletivas era frequente. Conforme Reis “as covas comuns representavam a forma mais primitiva de enterro em cemitérios”¹². Tal prática já fora praticamente abandonada na Europa pelos idos de 1830, mas permanecia em uso nas igrejas brasileiras e em alguns cemitérios. Essa proibição também tinha o intuito de evitar a contaminação do solo e do ar. O motivo alegado era de que as covas ficariam mal fechadas e propiciariam a proliferação de diversos tipos de insetos e a profanação das sepulturas por animais.

Congro afirma que José Antônio Pereira, o fundador de Campo Grande, fora enterrado em uma cova rasa no Campo Santo tomado pela capoeira e lá ficou esquecido. Segundo seu relato o parágrafo 2º do código de posturas regulamentava que “os sepultamentos fossem feitos, a pelo menos seis palmos abaixo da terra, mas, não era muito considerado pela população”¹³.

O código de posturas de Campo Grande afirmava em seu §3º do capítulo 5º: “que nenhum cadáver seria conduzido ao cemitério sem ser em esquife ou em caixão fechado”. Aqui nos trópicos a adoção do esquife e do caixão data dos idos de mil e oitocentos. O costume era o enterro por meio de mortalhas e em redes como na tradição indígena¹⁴.

A prática de enterrar pessoas sobre a terra nua também foi condenada no código de posturas de Campo Grande. Como em outras partes do país as leis de normatização visavam a melhoria da qualidade de vida e a saúde da população. As vilas deveriam se adequar aos modelos de cidades que seriam melhores para o povo. Cidades que possuíssem redes de água, esgoto, cemitério fora dos limites urbanos. Também as necrópoles deveriam possuir regras e normas que evitassem que a população fosse atingida pelos males e moléstias provenientes da podridão dos corpos. A intenção era evitar a contaminação do lençol freático, dos rios e córregos, bem como o ar das cidades. Essas preocupações demonstram que o código de posturas possuía forte influência dos ideais higienistas do século XIX.

Em Campo Grande as posturas proibiam expressamente o enterro sem caixão e/ou esquife. No Brasil oitocentista o caixão tinha o caráter de distinguir ricos

¹¹ CAMPO GRANDE, Resolução nº 03, de 30.01.1905 - 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande - ano 1905. Encarte Especial. In: ARCA - Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS n.05. Campo Grande: ARCA, outubro 1995.

¹² REIS, João José. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 295.

¹³ CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande - 1919**. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919, p. 25.

¹⁴ REIS, João José. Op.cit., p. 133.

e pobres¹⁵. As políticas de higienização e de individualização da morte não faziam apenas parte de normas elitistas. O código de posturas de Campo Grande de 1905 era uma das leis que objetivavam tornar a cidade mais limpa e salubre para os vivos. Destas leis e normas surge a criação dos matadouros municipais, mercados municipais e os cemitérios públicos. O matadouro de Campo Grande é instituído em 12 de setembro de 1910 pela resolução 31. O mercado municipal teve sua data de concorrência o dia 07 de fevereiro de 1922. Essas instituições públicas tinham a função de disciplinar a vida urbana de todas as vilas que quisessem ser consideradas modernas¹⁶.

O §4º do capítulo 5º do código de postura de Campo Grande normatizava a exumação: "Nenhuma exumação se fará antes de passado cinco anos depois do enterramento, salvo quando esta for seguida pela autoridade Judicial ou Policial"¹⁷. Como nos parágrafos anteriores verificou-se a forte influência dos sanitaristas na lei municipal. No período do final do século XIX muitas das doenças eram atribuídas à permissividade em que viviam os vivos e os mortos. Um dos temores dos médicos sanitaristas eram os miasmas no ar. Os miasmas eram considerados os conjuntos de odores fétidos provenientes de matéria orgânica em putrefação nos solos e lençóis freáticos contaminados. Por este motivo, as sepulturas só poderiam ser abertas depois de passado o prazo mínimo para que a putrefação dos corpos ocorresse¹⁸.

Sobre as covas o código de posturas de Campo Grande no §5º do capítulo 5º decretava que: "As covas ou catacumbas em que se fizer a exumação não poderão ficar abertas, por mais de vinte e quatro horas"¹⁹. O sepultamento deixa a terra contaminada. Após a exumação a sepultura deveria ser fechada evitando que o ar e as pessoas fossem expostos aos miasmas. Era uma prática comum a população carregar seus mortos em esquifes abertos e em redes. Os enterros ocorriam dentro das igrejas. O povo estava acostumado a conviver no mesmo ambiente que seus

¹⁵ REIS, João José. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 295, p. 149-151.

¹⁶ ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Tradução Priscila Vaina de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 199-217; REIS, João José. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 247-289; OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino. **Campo Grande e a rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade**. 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, p. 48-49.

¹⁷ CAMPO GRANDE, Resolução nº 03, de 30.01.1905 - 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande - ano 1905. Encarte Especial. In: **ARCA - Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS. n. 05**. Campo Grande: ARCA, outubro 1995.

¹⁸ ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Tradução Priscila Vaina de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 171-183; REIS, João José. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 247-272.

¹⁹ CAMPO GRANDE, Resolução nº 03, de 30.01.1905 - 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande - ano 1905. Encarte Especial. In: **ARCA - Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS n. 05**. Campo Grande: ARCA, outubro 1995.

mortos, sob os seus pés²⁰. Passou-se neste momento a temer-se até uma sepultura vazia. Para o senso comum, ela poderia transmitir doenças e outros males que prejudicaria a saúde dos vivos.

A pompa dos velórios foi reprimida pelo §6º do capítulo 5º do código de posturas de Campo Grande que afirmava: "Ficam expressamente proibidas as dobras de sino, salvo as do rito: Os infratores dos parágrafos 2º e 6º d'este artigo ficam sujeitos a multas de 20\$000 ou seis dias de prisão"²¹. No Brasil a economia da morte era celebrada com muitas dobras de sinos. Quanto mais rico o morto, mais dobras deveriam ser encomendadas por sua alma. Em seu livro João José Reis escreve no que nos anos de mil e oitocentos "o som do sino era um símbolo ideal para marcar a morte"²². Para a Igreja Católica os dobres visavam fazer com que os fiéis se lembrassem da morte, pois assim, o povo reprimiria os desejos da carne e se absteria do pecado.

A Igreja Católica também sugeria a parcimônia no uso dos sinos para que o mesmo não virasse sinal de pompa e vaidade e perdesse seu caráter didático. Os sinos que dobravam muito além do que a Igreja recomendava eram adotados como inequívoco sinal de ostentação. Esta era uma das razões de leis serem impostas sobre a utilização dos sinos. Em Campo Grande o seu código de posturas não poderia deixar de tratar do assunto²³.

A secularização proposta pelo Código de posturas de Campo Grande proibia a dobra de sinos em caso de morte de algum cidadão da vila. Ficava "salvo a do rito, como para chamada para as missas, dias de festas e/ou em ocasião de morte de autoridades eclesiásticas e/ou políticas". O sino deveria ser utilizado também para avisar os moradores em caso de incêndio. Aqui se passava do plano da vaidade dos vivos em celebrar seus mortos, para uma função das dobras de sinos de utilidade pública. No caso de Campo Grande o sino seria utilizado para avisar sobre incêndio na vila²⁴.

Em Campo Grande as transformações econômicas, sociais e políticas levaram as discussões acerca da organização do espaço urbano. Apesar de ter sido realizada uma mudança de local o cemitério continuava próximo ao centro e abandonado pelo poder municipal e pela Igreja Católica. A intenção da sociedade

²⁰ REIS, João José. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 125-126.

²¹ CAMPO GRANDE, Resolução nº 03, de 30.01.1905 - 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande - ano 1905. Encarte Especial. In: **ARCA - Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS n.05**. Campo Grande: ARCA, outubro 1995.

²² REIS, João José. Op. cit., p. 154; 286.

²³ Ibid., p. 120; p. 154.

²⁴ GARDIN, Cleonice. **Campo Grande: entre o sagrado e o profano**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 1999, p. 59; REIS, João José. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 152-155.

civil organizada e das autoridades era a de criar um cemitério melhor que o anterior. Porém, não conseguiram fazer com que a nova necrópole exercesse essa função. Em 1914 foi aprovada na câmara municipal a transferência do cemitério do local onde hoje está instalado o SESI para o seu local definitivo na atual avenida Calógeras. A avenida anteriormente era chamada de rua Santo Antônio. Segundo o cronista Paulo Coelho Machado o primeiro a ser enterrado no cemitério foi o senhor Amando de Oliveira. Este que, por ironia do destino, foi o doador do terreno do cemitério. A área utilizada surgiu de um desmembramento de parte de sua fazenda que era conhecida pelo nome de Bandeira.

Em seu relatório de 1916 o então intendente municipal o Coronel Sebastião da Costa Lima reclamava da falta de um cemitério e de uma cadeia pública condizentes com uma cidade civilizada e progressista. Para ele: “causava tristeza olhar o aramado que a administração anterior cercou o reduto dos entes queridos”. Chamava à câmara a responsabilidade para melhorar as condições do cemitério municipal. A resolução 113 de 10 de novembro de 1916 autoriza para o exercício seguinte a construção do muro solicitado pelo intendente. A obra não foi efetuada e nem se seguiu o que determinava a resolução e a verba do orçamento. A chegada dos quartéis do exército trouxe também consigo a presença do positivismo de Comte. Este pensamento estava muito presente no Exército Brasileiro desde o fim do Império²⁵. A presença do Positivismo também acarretou uma nova visão e função para a necrópole que deveria ser um local para o culto dos grandes homens.

Para abençoar um local que viria a ser um cemitério a Igreja Católica exigia que o seu perímetro fosse murado. O motivo era para separar o mundo dos vivos do mundo dos mortos e proteger os futuros campos-santos dos animais e de profanações. Em Campo Grande a Resolução 113 de 10 de novembro de 1916 autorizava em seu Artigo 1º no parágrafo 1º que:

Art. 1º - Fica o intendente municipal autorizado:

§ 1º - A mandar murar com alvenaria de tijolos tendo um e meio metros de altura a começar do respaldo, espessura correspondente, e sobre fundação de um metro no mínimo, todo o perímetro do novo cemitério desta, sem prejuízo a outros serviços, de mais necessidade.

Art. 2º - A Intendência poderá despende até a quantia de 20:000\$000, sendo 10:000\$000 para as obras do cemitério e 10:000\$000 para a construção, das referidas Pontes tudo de acordo

²⁵ CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 42; p. 53.

com as competentes verbas constantes do Orçamento no exercício do ano de 191726.

Após aprovada esta resolução foi duramente atacada na sessão ordinária da câmara municipal de 13 de dezembro de 1916. O vereador José Marcos da Fonseca discursou sobre a luta para o embelezamento da cidade e questionou com todas as letras “para que muro no cemitério, que está tão retirado, quando as ruas estão clamando contra o completo abandono que estão?” Na sequência continuou enumerando os problemas da cidade e outras obras que eram necessárias como um coreto e bancos na praça. Na sessão do dia 15 de dezembro de 1916 os vereadores discutindo o orçamento do ano seguinte decidiram que a verba para a construção de muros no cemitério público fosse suprimida. No parágrafo 4º definiu que a resolução número 113 fosse anulada. Na sessão do dia 16 de dezembro de 1916, o parágrafo 4º foi alterado e sua nova redação autorizava a construção de uma capela, do arruamento e outros reparos necessários no cemitério público. A verba destinada seria um décimo do valor da resolução passando a ser de 2:000\$000.

Rosário do Congro era advogado, escritor e jornalista. Ele atuou como intendente de Campo Grande em 1919. Em seu relatório sobre a cidade destacou os seus dez anos de emancipação política. Campo Grande contava com 196 fogos e uma população de 1.200 almas. Já possuía 550 prédios e uma população urbana de 5.000 habitantes. Sua zona suburbana somava-se mais 4.000 habitantes. Segundo os seus dados a população total estava em torno de 40.000 habitantes. Era um crescimento considerável para um decênio de existência. Dentre a pessoas que residiam na localidade constavam muitos imigrantes entre eles: sírios, italianos e portugueses.²⁷ A chegada dos japoneses está ligada a construção da ferrovia Noroeste do Brasil. Estes trabalharam na construção da ferrovia e posteriormente se estabeleceram na cidade. A ferrovia é uma importante mola propulsora para o aumento da população e crescimento econômico de Campo Grande.

Entre as preocupações de Rosário do Congro incluía-se o cemitério. Em Campo Grande o povo não possuía uma postura correta diante dos antepassados. Em suas palavras Congro relata que:

Sem preocupações filosóficas e nem pensando na ‘conveniência’ que possam os mortos ficarem longe ou perto dos vivos, sou, no

²⁶ CAMPO GRANDE. Resolução nº 113 de 10 de novembro de 1916. Autoriza a construção do muro no cemitério municipal.

²⁷ CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande - 1919*. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919, p. 47-48.

entanto, dos que pensam que a cultura moral de um povo mede-se pelo respeito da memória dos que se foram desta vida e reflete-se, por certo, nas necrópoles. Nas cidades bem organizadas elas prendem, e muito, a atenção dos poderes públicos, são continuamente visitadas, não são relegadas, como coisa perigosa e desprezível, para o seio das capoeiras, onde a voracidade dos tatus encontra pasto, e não encerram somente a verdade eterna do nada, mas também verdadeiros monumentos de arte, que constituem a admiração de todos. A mansão de nossos mortos está mal situada: parece que houve mesmo o propósito de escondê-la dos olhos dos vivos, quando ela nos poderia lembrar a fragilidade dos destinos humanos, o que está longe de ser pernicioso²⁸.

Rosário do Congro escreve abertamente sobre a realidade do cemitério de Campo Grande. No local não havia respeito e lou culto à memória dos antepassados. Destaca também que para ser uma cidade organizada o asseio na necrópole era primordial. Os animais claramente aproveitavam desse depósito de cadáveres para se alimentarem. Para Congro o cemitério deveria ter o caráter educativo de lembrar aos vivos de seu destino e ser um local para a beleza e as artes.

O primeiro cemitério de Campo Grande não possuía o caráter filosófico e civilizatório que foi o padrão do final do século XIX e início do século XX. Para as autoridades e para a população em geral era apenas um local para depositar os mortos. Os sepultamentos ocorriam de forma aleatória em uma área abandonada. Conforme a cidade avançava o cemitério era transferido para outro lugar. O que importava era o sentido de urbes: organizada, limpa e condizente com padrões civilizatórios.

O regime republicano combatia o que acreditava ser o atraso da monarquia. Entre estes a Igreja Católica, seus cemitérios e os seus ritos. Esse fenômeno também foi verificado por Renato Cymbalista nas cidades do interior paulista. As cidades dos vivos avançaram sobre a cidade dos mortos. Seus espaços foram expropriados e os mortos excluídos do convívio dos vivos. O crescimento das cidades era o termômetro para a localização do cemitério. Este cada vez mais era afastado da área urbana²⁹.

Já instalado no seu local atual e definitivo em 1919 cogitou-se novamente fechar o cemitério público. A intenção era a de reabrir o antigo campo-santo na

²⁸ CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande - 1919**. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919, p. 08.

²⁹ CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002, p. 61; ARIËS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Tradução Priscila Vaina de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 207.

região da avenida Bandeirantes. A sua primeira localização ficava no chamado Jardim, na atual região de praça Ary Coelho. Segundo Gomes nada havia sido escrito sobre o primeiro cemitério. Havia apenas referências sobre sua mudança de local para a margem do Córrego Segredo³⁰. As transferências deveram-se ao crescimento da cidade. Transferido finalmente no ano de 1913-1914 para o alto do córrego Bandeira no fim da avenida Calógeras.

Para o Gomes a questão não era mudar de localização, mas de organizar reestruturar o cemitério.

Temos um local determinado para cemitério, sem nenhum beneficiamento, nem cerca ao menos. Os enterramentos são feitos sem ordem. Determinei à seção de engenharia a organização da planta, que já está aprovada, em estilo moderno. O muramento do terreno é urgente, sendo este serviço o primeiro a iniciar. O portão já está encomendado.

Construído um ossuário, vou determinar a exumação dos restos existentes no cemitério velho, tendo combinado com várias famílias o modo de execução deste serviço.

O terreno do cemitério velho será incorporado à cidade no bairro Amambaí. O Código de Posturas regula o assunto com minuciosidade.

Passando a administração do cemitério a pessoa mais prática, por este ano, tomará, aquele bem, aspecto mais digno do nosso tempo. Até agora o que temos é cousa lastimável.

Foram sepultados este ano 147 pessoas.³¹

O relato acima explicita como a morte era tratada em Campo Grande nos anos de 1920. O descaso na necrópole era de longa data. O cemitério estava abandonado e sem cerca ou muros. Este fato contrariava as leis da República e as leis eclesiásticas que condenavam expressamente a falta de cuidado com os mortos. O não muramento deixava a necrópole acessível para todo o tipo de profanação. Não impedia também as investidas de animais selvagens e domésticos. Relatos de sepulturas reviradas por animais eram costumeiras nos cemitérios do Brasil. Isso

³⁰ GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande - 1921**. Campo Grande: 1922, p.12.

³¹Ibid., p.11.

era inadmissível para a Igreja Católica e para a piedade cristã. Já os médicos sanitaristas temiam a proliferação de epidemias³².

Entre as intenções de Gomes verificou-se a de organizar o cemitério dando-lhe a verdadeira função de necrópole. Gomes elaborou uma planta em estilo moderno. Também sugeriu o muramento do terreno e encomendou um portão. A contratação de uma pessoa para administrá-lo seria prioritária. Esta medida era para que os sepultamentos fossem realizados com ordem, com organização e para que o cemitério tomasse ares de civilidade. O crescimento da cidade fica claro na menção de incorporar o cemitério do bairro Amambai à área urbana da cidade.

Os corpos só seriam transferidos da velha necrópole após a construção de um osuário. Portanto, com toda a precariedade que se encontravam os dois cemitérios, o antigo e o novo, há fortes indicações de que não foram transferidos todos os corpos para o local definitivo do cemitério público. Apenas as famílias residentes em Campo Grande teriam optado pela transferência dos corpos de seus entes queridos para o local determinado para o cemitério.

Com a desativação em 1927 do cemitério que ficava anteriormente no bairro Amambai a sua área ficou sem uso. O padre salesiano João Crippa solicitou à câmara municipal por meio de ofício que o terreno fosse destinado à construção de uma capela. O pedido foi indeferido e o local não foi ocupado pelos padres salesianos. A intendência tinha outros interesses para aquela região que estava próxima dos quartéis. Por este motivo era uma região estratégica para a cidade³³.

Por alguns anos, o cemitério continuou sendo um problema para a administração pública. Quando havia verba, sempre se questionava sua aplicação e necessidade. Os mortos continuavam sendo tratados como inimigos de uma sociedade que buscava a melhoria da vida dos vivos.

A rua 14 de julho em 1930 passou a denominar Aníbal de Toledo a partir da ponte do córrego Prosa. A câmara a autorizou o prefeito a efetuar o prolongamento da rua até o cemitério municipal. Até esse período a única forma de chegar ao cemitério era pela avenida Calógeras. A partir de então as duas das principais vias da cidade passariam a encontrar-se com os muros da necrópole³⁴.

Referente a legislação sobre cemitérios no ano de 1936 é publicado no estado de Mato Grosso o decreto nº 47 de 10 de outubro de 1936. Lei que regulava o funcionamento dos cemitérios de todo o estado. O decreto foi composto de dois capítulos e de trinta e oito artigos que regulavam todas as questões referentes aos cemitérios. O capítulo 2º referia-se ao funcionamento dos cemitérios. O artigo 5º

³² ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Tradução Priscila Vaina de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003, p. 44; REIS, João José. **A Morte e uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 247-289.

³³ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1922-1926.

³⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1930, p. 13v.

reforça o caráter secular dos cemitérios e permite a liberdade de cultos religiosos, desde que não ofendessem à moral pública e as leis³⁵.

No artigo 6º reforçava a necessidade de murar os cemitérios ou utilizar-se de grades. No artigo 10 afirmava que somente a Prefeitura municipal e a Diretoria da saúde pública poderiam autorizar a construção de capelas particulares nos cemitérios. O artigo 13 enumerava as condições para a construção dos novos cemitérios em Mato Grosso. Os cemitérios deveriam ser construídos em pontos elevados. A área deveria ser de no mínimo seis vezes maior que a necessidade de enterramento que se efetuassem durante um ano. Intimava o artigo 14 que os cemitérios particulares teriam o prazo de um ano para serem fechados. No artigo 17 tratava que seriam penalizados os proprietários de cemitérios particulares e imputados perante a lei se neles continuassem a ocorrer sepultamentos. O artigo 19 proibia os sepultamentos à beira das estradas, as chamadas Santas cruzes e os Campos de enterramentos. Determinava o artigo 20 que os chamados Campos de enterramentos fossem destruídos. Proibia o artigo 25 a inumação em igrejas, conventos, capelas e nas suas adjacências o cadáver só poderia permanecer nesses locais até serem efetuados os ritos do culto³⁶.

A partir de 1937 por motivo do regime de exceção do Estado Novo não se encontrou documentos sobre o período. O conselho consultivo quase não os produziu e só voltou-se a encontrar documentação da câmara sobre o cemitério a partir de 1952. Na Ata nº 293 de 07 de março de 1952 o vereador Ariano Serra solicitava que a câmara autorizasse o prefeito a construir dois banheiros nos cemitério público. Também havia a solicitação de se instalar uma linha telefônica. O motivo da instalação seria pela distância do cemitério em relação ao centro da cidade³⁷.

Também no ano de 1952 um projeto do vereador Guliver Leão autoriza o prefeito municipal a adquirir os terrenos adjacentes ao cemitério municipal para a sua ampliação. A verba para que fosse executada a lei seria de Cr\$ 100.000,00 e deveria constar nas previsões do orçamento do ano de 1953³⁸.

O vereador Jorge Rahe no ano de 1954 requereu junto a mesa diretora da câmara municipal a suspensão da derrubada das árvores que ornavam as avenidas do cemitério municipal³⁹. As árvores nos cemitérios além de embelezar as suas alamedas possuíam, na visão higienista, a função de evitar que o ar ficasse

³⁵ MATO GROSSO. Decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936. Que regula o funcionamento dos cemiterios. Campo Grande: Graphica Ruy Barbosa, 1936.

³⁶ MATO GROSSO. Decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936. Que regula o funcionamento dos cemiterios. Campo Grande: Graphica Ruy Barbosa, 1936.

³⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1951-1952, p. 86v.

³⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1951-1952, p. 179v.

³⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1954, p. 38.

contaminado com os miasmas e ares pútridos emanados dos corpos em decomposição.

A pendência da construção dos banheiros no cemitério ainda não fora solucionada até o ano de 1956. Na ata do dia 02 de março de 1956 o vereador Ariano Serra apresentou o projeto de nº 595 autorizando ao prefeito a construção de dois banheiros nos cemitério público. Sendo um masculino e outro feminino. Foi solicitada extensão da rede de água até a necrópole e efetuar a instalação de uma caixa de água de dois mil litros para o armazenamento de água⁴⁰.

No ano de 1959 o vereador Fernando Falcão solicitava que a Câmara pedisse ao prefeito o desligamento do servidor público Miguel Turco que era o zelador do cemitério. A solicitação deveu-se a alegação de que os atos praticados por ele eram lesivos aos interesses do povo de Campo Grande⁴¹. Não se conseguiu desvendar que tipos de atos foram praticados pelo servidor, mas o fato é que havia ocorrido uma mudança de noção em relação à morte e que o mesmo havia efetuado algo que escandalizou a população local. Na resolução nº 43 no seu Capítulo VI que tratava das disposições gerais era previsto no seu artigo nº 465 que os coveiros e demais empregados do cemitério poderiam sofrer além das penas criminais e da perda do emprego conforme a gravidade da falta poderiam sofrer multas de cinco a trinta mil réis⁴².

Termos e alusões sobre a modernização de Campo Grande são verificados nas leis e discursos políticos. As propostas modernizantes tomaram novo impulso no início da República. Para Cymbalista esse tipo de cidade também foi o modelo implantado na região cafeeira de São Paulo. Cidades que eram segregadoras e onde os dispositivos políticos eram utilizados para que ricos e pobres tivessem seus lugares definidos na sociedade⁴³.

Renato Cymbalista entende que o processo de modernização e progresso chegou aos cemitérios que foram modernizados e secularizados. Os mesmos acabaram carregando em si os modos da sociedade hierarquizada e excludente, onde, de fato, não eram todos que poderiam ser enterrados em um local que se denominava público. Uma secularização inconclusa e que foi feita de forma a não desagradar a Igreja Católica e os movimentos contrários a ela⁴⁴.

Através do Decreto nº 1321 do ano de 1961 criava-se o novo cemitério de Campo Grande e dava-se denominação ao antigo que passou a chamar-se de Santo

⁴⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1956, p. 142.

⁴¹ CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1959, p. 06.

⁴² CAMPO GRANDE. Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921. Estabelece o Código de posturas do município de Campo Grande.

⁴³ CYMBALISTA, Renato. **Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2002, p. 65-66.

⁴⁴Ibid., p. 65-66.

Antônio. A década de 1960 foi de grandes transformações urbanas e sociais na cidade. Nesse período o prefeito era Wilson Barbosa Martins. Em sua gestão de 1959-1963 criou-se o Conselho Municipal de Planejamento e Urbanização. Esse órgão teria a função de disciplinar o crescimento urbano da cidade, efetuar estudos para um Plano Diretor, um Código de obras e posturas e também uma lei para disciplinar os loteamentos. Entre os colaboradores desses projetos estariam o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – FAU/USP e o conceituado escritório de Saturnino de Brito. O escritório ficou responsável em elaborar um plano de saneamento para a cidade. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM foi consultado para orientar a reforma da administração da prefeitura e também para organização do cadastro imobiliário⁴⁵.

Em um dia de finados no cemitério Santo Antônio o prefeito Wilson Barbosa Martins foi questionado pela população sobre motivo de que mesmo tendo título definitivo sobre a sepultura houve a remoção de seus familiares para um ossuário. O prefeito entendeu que “estávamos falidos no cemitério”. Não se tinha controle dos mortos⁴⁶. A cidade dos mortos, desde o período de Rosário do Congro em 1919 continuava como um cemitério desorganizado e cheio de problemas.

Na década de 1960 para ter acesso ao cemitério se usava os pontilhões de madeira. Na gestão de Wilson Barbosa Martins foi construída a ponte da avenida Calógeras que passava sobre o Córrego Prosa com destino final, o “cemitério”, pois o mesmo ainda não possuía um nome. Segundo Dr. Wilson “hoje, não se menciona, mas o cemitério chama-se Santo Antônio”. Como era o único cemitério ele não precisava de um nome próprio. O então campo-santo doado em 1914 pelo então vereador Amando Oliveira foi desmembrado de parte da sua Fazenda Bandeira. Só recebeu do prefeito o nome de Santo Antônio no ano 1960. No mesmo período ele construiu um novo cemitério e lhe deu o nome de Santo Amaro. Urbanizou um início de cemitério na saída de Cuiabá pela região do bairro São Francisco e lhe deu esse mesmo nome. Hoje os cemitérios são conhecidos pelos nomes de Santo Antônio, Santo Amaro, mas o que deveria chamar de São Francisco ficou conhecido como Cemitério do Cruzeiro⁴⁷.

Para Wilson Barbosa Martins a rejeição do nome São Sebastião pela população talvez se deva a sua localização no bairro do Cruzeiro. Curiosamente apesar de o primeiro nome ter sido São Francisco o nome oficial que hoje se conhece o cemitério do Cruzeiro como o de é São Sebastião. A década de 1960 é o momento de consolidação da primeira necrópole como local elitizado. Tanto que na gestão de

⁴⁵ BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder. **Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos.** Campo Grande: IMPU, 2006, p. 59-60.

⁴⁶ Ibid. p. 65.

⁴⁷ Ibid., p. 83.

Humberto Canale foi efetuada a pavimentação da avenida Calógeras a partir da rua 26 de agosto até o cemitério Santo Antônio. Por não ter asfalto e ser conhecida pelos buracos Canale justificava a pavimentação da avenida Calógeras de maneira bem-humorada: “Vou asfaltar isso aqui, porque eu acho que o defunto, quando chega lá no Santo Antônio, tá de bruços”⁴⁸.

conclusão

O cemitério em Campo Grande apesar de todos os problemas seguiu as dinâmicas comuns aos cemitérios, que se criam e recriam sem anuência dos vivos. Os cemitérios existem simplesmente. Sejam estes, religiosos, públicos ou privados, como por exemplo os atuais cemitérios parques. Quando se morre quase todos têm um cemitério como sua última morada. Os cemitérios são feitos por e para os vivos. A ostentação da arte e da arquitetura tumular não tem outra função senão a de diferenciar os estratos sociais, as nacionalidades, as religiões e as origens étnicas que eram conhecidos em vida. Particularidades que são perpetuadas nos símbolos arquitetônicos e estéticos que tentam abrandar e disfarçar a morte que os cemitérios guardam a sete palmas da superfície.

A perda de prestígio do cemitério Santo Antônio junto à sociedade não se deve apenas ao prestígio dos novos cemitérios parques. A relação da cidade e do cemitério sempre foi conturbada. Ela foi marcada por abandono e descaso. Como exemplo pode-se citar a construção do seu muro que demorou anos para sair do papel. Em Campo Grande os mortos eram abandonados nas ruas. Coube a um estrangeiro corajoso a responsabilidade de recolhê-los. Tudo isso demonstra a indiferença da sociedade campo-grandense em relação à morte. Combinada a ela, a ineficiência do poder público que vai tomar as rédeas do processo por volta dos anos 1960. Assim, explica-se toda a apatia da sociedade em relação aos mortos e a sua primeira necrópole.

O estudo apresentado não é conclusivo, novos olhares ainda podem – e devem – ser dirigidos à questão da morte e ritos mortuários em Campo Grande/MS. Há de se pesquisar os seus muitos desdobramentos, sobretudo na constituição do cemitério Santo Antônio e nas distinções sociais que se impõe silenciosa e perpetuamente. Em 1953 Fernand Braudel escreveu que não é possível responder

⁴⁸ BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder. **Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos.** Campo Grande: IMPU, 2006, p. 83

a todas as questões em História: “Mas, em História, o livro perfeito, o livro que jamais será escrito, não existe”.⁴⁹

⁴⁹ Fontes utilizadas para produção do artigo. Fontes Manuscritas: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1905-1910, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1916-1920, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1922-1926, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1927, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1930, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1937-1947, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1948, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1948-1949, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1949-1950, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1950-1951, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1951-1952, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1954, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1956, CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1961, CAMPO GRANDE. Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921. Estabelece o Código de posturas do município de Campo Grande, CAMPO GRANDE. Resolução nº 113 de 10 de novembro de 1916. Autoriza a construção do muro no cemiterio municipal, MATO GROSSO. Lei Provincial 607, de 31 de maio de 1883. Código de Posturas de Santa Cruz de Corumba. Fontes Impressas: CAMPO GRANDE, Resolução nº 03, de 30.01.1905 - 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande - ano 1905. Encarte Especial. In: **ARCA - Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande - MS n. 05**. Campo Grande: ARCA, outubro 1995, CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande - 1919**. Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919, GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande - 1921**. Campo Grande: 1922, MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas Ruas de Campo Grande: a Rua Velha**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, MACHADO, Paulo Coelho. **Pelas Ruas de Campo Grande: a Grande Avenida**. Campo Grande: Gráfica Brasília, 2000, MATO GROSSO. **Decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936**. Que regula o funcionamento dos cemiterios. Campo Grande: Graphica Ruy Barbosa, 1936, MORAIS, Manuel Joaquim de. **O Município de Campo Grande - 1929**. Campo Grande: 1929.